



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CONTRIBUIÇÕES DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO PARA A MELHORIA DA APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS ESTADUAIS

Isaias Julio de Oliveira (1) , Joseane Fátima de Almeida Araújo (2)

*Universidade de Pernambuco (UPE), isaias-matematica@hotmail.com; Universidad Nacional de Rosário,
Joseanefalmeida@gmail.com*

RESUMO

A Avaliação Educacional, pode ser concebida a partir de duas dimensões: uma interna e outra externa, onde ambas precisam estar na pauta das discussões das escolas, para que de fato possam cumprir com o seu papel, para obtenção de resultados efetivos de melhoria da aprendizagem dos alunos. No âmbito interno, possibilita a avaliação como instrumento de ação formativa, levando instituições e professores a refletirem a respeito de suas práticas, de seus objetivos e, assim, a melhorar sua ação docente e sua identidade profissional. No âmbito externo, oferece informações para que tanto os pais quanto a sociedade, especialmente os sistemas de ensino, possam efetivar um relacionamento produtivo com a instituição escolar. Apurar os usos da avaliação, comparar resultados e comportamento de entrada dos alunos em cada situação e contexto social e institucional é da maior importância para não homogeneizar processos que são de fatos diferentes. Com base neste contexto, surge o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) com a finalidade principal de monitorar o padrão de qualidade do ensino e apoiar as iniciativas de promoção da igualdade de oportunidades educacionais, onde em seu texto original traçava-se linhas orientadoras de caminhos que deveriam ser discutidos e seguidos para o alcance de tais objetivos, mas nem sempre a aplicação prática atinge os objetivos almejados, visando uma reorganização, um redirecionamento de estratégias e metodologias para que a eficácia seja alcançada, surgindo a necessidade de um estudo técnico para realizar um levantamento de tais condições de ineficiência e a verificação de possíveis intervenções.

PALAVRAS CHAVE: Educação Básica, Sistema de Avaliação, Política Pública Educacional.



INTRODUÇÃO

O Sistema de Avaliação Implantada em Pernambuco – SAEPE- a priori, iniciou um processo de reflexão interna na escola baseado nos resultados apontados pela avaliação externa, onde os atores envolvidos começaram reformular metodologias de trabalho dentro dos índices apontados, através de momentos de discussões coletivas, mas essa realidade sofreu uma modificação na sistemática a partir do momento que foi inserido na ideologia dos resultados a política de responsabilização, através da Lei Estadual nº13.237/07, onde cada instituição escolar terá metas percentuais crescentes e anuais a alcançar dentro de sua realidade, levando assim a buscar meios próprios de desenvolvimento de metodologias variadas no intuito de alcançar as metas supracitadas pactuadas com a equipe gestora. Apesar de haver polêmicas acerca da avaliação de larga escala, ela vem ganhando importância e reconhecimento em todo o Brasil, “(...) porque ela diz respeito a resultados que deveriam ser alcançados quaisquer que sejam as diferentes concepções a respeito do processo pedagógico” (BARBOSA, s.d.,p.3). Apesar de receber algumas críticas, não podemos negar a importância que o SAEPE tem em mensurar, em larga escala, os resultados obtidos e gerar um panorama sobre a situação das escolas públicas da rede estadual de Pernambuco. O que o presente pré- projeto de pesquisa vem buscar é exatamente encontrar até onde, dentro das realidades diversas e peculiaridades locais, esse sistema contribui para o alcance dos objetivos e metas educacionais no que tange ao processo de ensino e aprendizagem no interior do espaço escolar.



METODOLOGIA

No presente trabalho, pretendemos verificar como o processo avaliativo pode contribuir para a melhoria na qualidade da educação nas escolas da rede pública estadual de Pernambuco. Para tanto, a observação será nosso ponto de partida para demarcarmos as variáveis externas e internas; as quais irão interferir, consideravelmente, nos resultados a serem encontrados. Então, utilizaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo e dos critérios da análise qualitativa.

O corpus da pesquisa será formado por relatórios e outros documentos redigidos a partir das observações, para, assim, verificarmos, diacronicamente, a evolução no que se refere à avaliação. Essa pesquisa tem o caráter exploratório, e, portanto, “busca proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. (GIL, 1999, p. 43)

No intuito de atingirmos os objetivos almejados, aplicaremos questionários aos docentes e à comunidade escolar. Nosso corpus será selecionado de acordo com o resultado do BDE (Bônus de Desempenho Educacional) do Estado de Pernambuco, uma espécie de premiação por resultados que busca, prioritariamente, elevar a qualidade do ensino. Posteriormente, analisaremos os questionários e formularemos gráficos para estabelecermos comparações entre dados das várias escolas e suas, respectivas, realidades.

Com o presente estudo, procuramos analisar como o processo avaliativo dialoga para a melhoria da aprendizagem nas escolas públicas da rede estadual de Pernambuco; uma vez que a educação deve servir para preparar o aluno para situações que vão além dos muros da escola.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao associar os resultados da avaliação às políticas de incentivo, o SAEPE buscou reduzir as desigualdades e elevar o grau de eficácia das escolas.

Com o objetivo de produzir um diagnóstico do desempenho escolar dos alunos do sistema educacional de Pernambuco, o Governo do Estado implantou desde 2000 o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco - SAEPE, consolidando sua execução anual a partir de 2008, onde busca desde então, atingir os seus objetivos. Dentre eles:

- Dar maior transparência pública os processos e resultados das avaliações educacionais;
- Subsidiar as escolas de forma permanente e sistemática, com insumo para aprofundar seu projeto pedagógico e as condições de gestão autônoma escolar;
- Subsidiar as políticas das diversas instâncias de gestão das redes de ensino;
- Estabelecer estratégias de incentivo, em função da melhoria de seu desempenho e da qualidade de seus resultados;
- Criar a política de responsabilização dos resultados através dos índices apresentados

Para a concretização dos objetivos propostos pelo Sistema de Avaliação, o governo investiu na semente de formação dos Conselhos Escolares é proveniente de um momento de transformações e de transição ao ambiente democrático. Segundo PARO (1992), os conselhos de multiparticipação são ambientes de micropolítica, discutindo e reproduzindo atitudes que interferem na condução das unidades escolares.

(...) Quando falamos de participação da comunidade, estamos preocupados com a participação da tomada de decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não tem esta como fim, mas sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, entendida esta como partilha de poder. (PARO, 1992, p. 260)

Dentro deste contexto de múltiplas compreensões, das diferentes realidades dadas aos conselhos escolares, permite-se que os diversos agentes ganhem importância relativa e se tornem protagonistas do ambiente escolar junto à direção da unidade. As decisões quando tomadas democraticamente assumem um caráter de legitimidade mais plena.

Compreendemos também, que o professor apresenta um caráter essencial, uma vez que ele precisa ser gestor da aprendizagem, o grande protagonista do processo de ensinar e aprender, sendo necessário para isso, ressignificar o seu papel, valorizá-lo e investir-se na sua especialização, através de programas de formação continuada, visando uma maior qualidade. Para Nóvoa (2009,



p.31), “(...) *Os modos de profissionalidade docente implicam um reforço das dimensões coletivas e colaborativas, do trabalho em equipe, da intervenção conjunta nos projetos educativos de escola*”

Atrelado a esses aspectos, a participação familiar no processo de aprendizagem tem em muito contribuído na questão dos resultados., pois trata-se de uma aliança na qual o diálogo é fundamental para estabelecer estratégias comuns. Atualmente, as escolas estão abrindo mais espaços para participação, como prevê os princípios da gestão democrática.

Um outro ponto a ser observado é o Programa de Bônus por Desempenho Escolar (BDE), instituído em 2008 através da Lei nº 13.486 no Estado de Pernambuco para as escolas e em 2009 para as Gerências Regionais de Educação, que surge como uma forma de premiação por resultados que beneficia os servidores lotados e em exercício nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino, de acordo com as legislações específicas (Secretaria de Educação de Pernambuco, 2012). Trata-se de uma série de ações que tem como objetivo incentivar a qualidade do ensino e valorizar os profissionais da educação. Para participar do BDE, é necessário que a escola tenha registrado seu IDEPE (Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco), que é calculado utilizando o resultado do SAEPE (Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco), que consiste em um sistema de avaliação estadual que analisa o desempenho escolar, considerando a proficiência em língua portuguesa e matemática e da taxa de aprovação medida pelo Censo Escolar.

O Bônus é distribuído entre os profissionais das escolas que alcançarem a partir de 50% de suas metas. O valor máximo que um funcionário ganhará poderá assumir várias diferenciações, dependendo do número de escolas que atingirem mais de 50% da meta pactuada entre a gestão escolar e a Secretaria de Educação. Para o servidor, há uma diferenciação significativa, pois além da obtenção do percentual da escola ou GRE onde esteja lotado o bônus será proporcional também ao exercício mínimo de seis meses na unidade contemplada no ano avaliado. No primeiro caso, a escola ou GRE deverá ter atingido, no mínimo, 50% da meta projetada para o período, sendo o valor a ser recebido será proporcional ao percentual realizado da meta, até atingir o máximo de 100%. Quanto ao exercício mínimo, para ter direito ao bônus, o servidor deverá ter permanecido em efetivo exercício por, no mínimo, seis meses no ano letivo de referência para a concessão da premiação. Com esse entendimento, Neubauer e Silveira (2009) dizem: “(...) *os efeitos da responsabilização acabam por produzir novos padrões de avaliação que vão desde a divulgação dos resultados do desempenho das escolas até a elaboração de critérios de incentivos ou sanções no interior dos sistemas*”.



CONCLUSÕES

Dentro do contexto analisado, o Sistema aparece como sendo uma peça fundamental na análise dos resultados educacionais, pois é um instrumento significativo que oferece subsídios para a formulação e a reformulação e o monitoramento de políticas públicas, e também para a gestão da educação. Existem três propósitos da avaliação nos sistemas de ensino, como afirma Depresbiteris (2001, p 144) “(...) *Fornecer resultados para a gestão da educação, subsidiar a melhoria dos projetos pedagógicos das escolas e propiciar informações para a melhoria da própria avaliação, o que a caracteriza como meta-avaliação*”. Por outro lado, os procedimentos adotados não devem se concentrar apenas a mostrar resultados mecânicos, de conhecimentos já adquiridos, sem levar em consideração os conhecimentos ainda em processo de desenvolvimento dos alunos, ressaltando seus aspectos cognitivos, que devem ser identificados no processo de avaliação formal ou interna, que também desempenha um papel importante na obtenção dos resultados da avaliação em larga escala, como destaca Perrenoud (1996), “(...) *A avaliação formal ou interna, fixa oficialmente o nível de excelência reconhecido a cada aluno, seja para uma prova particular, para um período de trabalho ou em uma matéria definida, ou relativa ao conjunto do programa do curso escolar*”. (PERRENOUD, 1996, p.122).

Alguns fatores devem ser levados em consideração no momento de formulação de políticas de avaliação e mensuração de resultados, uma vez que possuem influência significativa nos resultados, dentre as quais citamos a Gestão, a Prática pedagógica aliada a qualificação dos profissionais, no aspecto interno e os fatores socioeconômicos, familiares e individuais no aspecto externo.



REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DEPRESBITERIS, L. **Avaliando competências na escola de alguns ou na escola de todos?** Boletim Técnico do Senac. São Paulo, v. 27, n. 3, set.-dez. 2001.

INEP. **Participação dos pais ajuda no desempenho escolar da criança**. Disponível em: . Acesso em: 14 out. 2010.

NÓVOA, Antônio. Professores: **imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

ASSUNÇÃO, Elizabete; COELHO, M.T. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília. MEC, 1996.

PARO V. H. **Gestão da escola pública: a participação da comunidade**. Revista de estudos pedagógicos, 1992.

PARO V. H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2007.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Construindo e Excelência em Gestão Escolar: Curso de aperfeiçoamento – Módulo I- Políticas Públicas Educacionais: Marcos Regulatórios/Secretaria de Educação do Estado, 2012**

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Construindo e Excelência em Gestão Escolar: Curso de aperfeiçoamento – Módulo XI- Monitoramento e Avaliações dos processos de Ensino e aprendizagem/ Secretaria de Educação do Estado, 2012**

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Construindo e Excelência em Gestão Escolar: Curso de aperfeiçoamento – Módulo XII- Políticas de Responsabilização Educacional/ Secretaria de Educação do Estado, 2012**



CASASSUS, J. **Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada:** a perda de qualidade e a segmentação social. In: Sísifo/ Revista de Ciências da Educação. N°. 9. mai/ago 09.

MACHADO, C. **Avaliação Externa e Gestão Escolar: Reflexões sobre usos dos resultados.** In Revista @ambienteeducação. 5(1): 70-82, jan/jun/2012.

VIANNA, H. M. (2005). **Fundamentos de um programa de avaliação educacional.** Brasília: Liber Livro.

VIEIRA, S. L. (2000). **Política educacional em tempos de transição (1985/ 1995).** Brasília: Plano. 55

HOBBSAWM, E. (1995). **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados:** relatório final. Belo Horizonte: Game/ Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais, ago.

BRESSER Pereira, L. C. (1998). **Avaliação da educação básica: pesquisa e gestão.** Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio; São Paulo: Loyola, p. 65-78

COELHO, M. I. M. (2008). **Reforma do estado para a cidadania.** S.P.:Enap

DIAS Sobrinho, J. (2000). **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun.

FERNANDES, R. (2007). **Avaliação da educação superior.** R.J.:Vozes

SOUZA, S. M. Z. L. e Arcas, P. H. (2010). **Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro,** v. 2, n. 1, p. 11-30, out./dez.